

# Percepção de bem-estar das famílias brasileiras<sup>1</sup>

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy<sup>2</sup>  
Silvana Nunes de Queiroz<sup>3</sup>

## Resumo

O Brasil é um país de dimensões continentais com disparidades regionais, econômicas e sociais bastante diversas. O trabalho em pauta parte da constatação dessa heterogeneidade e do constructo teórico sobre o bem-estar das famílias, para examinar empiricamente a percepção reportada por estas no inquérito social da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-09), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na sua quarta versão. A POF 2008-2009 cobre todo o território nacional e inclui informações sobre trabalho e renda, gastos monetários e não monetários. As respostas fornecidas pelas famílias no inquérito foram utilizadas para a avaliação das condições de vida familiar. Ademais, foram utilizadas as características demográficas do chefe da família como: sexo, idade, raça/cor, anos de estudos, além de espaciais, como região de moradia, e econômicas, como a renda familiar *per capita*, para traçar o perfil da percepção familiar. A técnica estatística utilizada foi a de regressão logística multinomial, uma vez que a variável dependente (percepção de bem-estar) tem mais do que duas categorias de resposta. A análise do perfil dos chefes de família do Brasil por sexo e raça/cor, idade, escolaridade e região de residência, mostra que independentemente do atributo raça/cor, há predominância de homens (70%) na chefia das famílias brasileiras, com idade a partir dos 30 anos, baixa escolarização (41% deles tem até 4 anos de estudos), concentrados na região Sudeste (44%), dos quais o estado de São Paulo, sozinho, detém 22,5% dos mesmos. Dentre outras, a análise regional também aponta para os “diferentes brasis”. No Nordeste e no Norte as famílias reportaram muito mais dificuldade para terminar o mês com a renda familiar, do que no estado de São Paulo e na região Sul.

---

<sup>1</sup> “Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012”.

<sup>2</sup> Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Doutoranda em Economia Social e do Trabalho pela UNICAMP. Pesquisadora do CESIT/UNICAMP. mariaalice.pestana@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Mestra em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP. Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri –URCA e Bolsista FUNCAP. silvanaqueirozce@yahoo.com.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O bem-estar das pessoas e famílias tem sido destaque na preocupação nos projetos de instituições internacionais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) rompeu com um conceito de desenvolvimento centrado na acumulação de riqueza para outro cujo foco passou a ser o desenvolvimento humano sustentável.

Além de promover o debate acerca de questões relativas ao tema, desde os anos 1990, o PNUD publica anualmente uma relação com os países classificando-os em grupos, segundo o grau de desenvolvimento humano<sup>4</sup>.

Em 2000 foi lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração do Milênio. Trata-se de um plano de ação global, firmado por 191 países membros da ONU, com oito objetivos<sup>5</sup>, monitorado por 48 indicadores, a serem alcançados até 2015 e, portanto, mais abrangente do que apenas um índice sintético como o IDH. Esse último tem sido criticado por diversas razões, inclusive e principalmente o fato de ignorar a dimensão ecológica, fonte de amplo debate na atualidade.

O Brasil, um dos países signatários da Declaração do Milênio, vem adotando um amplo leque de medidas para reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como para promover o bem-estar da população, seja através de políticas de renda, como a elevação real do salário mínimo seja através de outras políticas públicas. Uma dessas iniciativas concretizou-se por meio do Projeto de Lei da Câmara Nº 2561, de 1992, (PLS 80/91), que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima. Outras políticas públicas de promoção social como o Programa Bolsa Família e outros de programas de transferência de renda (Benefício de Prestação Continuada – BPC) têm se tornado prioridade do Governo Federal do Brasil.

Com a estabilidade econômica alcançada em 1994, chega-se a baixos níveis de inflação e amplia-se imediatamente o poder de compra, principalmente, da população mais pobre. Ainda nos anos de 1990, o Governo Federal lança o Benefício de Prestação Continuada (1993), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996) e o Programa Economia Solidária (1995),

---

<sup>4</sup> Para aferir o grau de desenvolvimento humano de um país ou de uma sociedade, o PNUD utiliza-se do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado por Amartya Sen. Os grupos são classificados em Muito alto, Alto, Médio e Baixo desenvolvimento humano.

<sup>5</sup> Erradicação da pobreza extrema e da fome, promoção da educação básica universal, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, redução da mortalidade na infância, melhoria da saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental, estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento. (ONU, 2010).

que de certa forma inaugura a temática da questão social no país. Nos anos 2000, assiste-se a implementação e a ampliação de uma rede de proteção social com a criação de inúmeros programas sociais focalizados: como o Bolsa-Escola<sup>6</sup> (2001), Bolsa-Alimentação (2001), Auxílio-Gás (2001), Cartão Alimentação (2003), Programa Fome Zero (2003), Bolsa-Família (2003).

A queda da desigualdade entre estratos de renda (HOFFMANN 2006; NERI 2007; PAES e BARROS 2007) e a elevação de uma massa considerável de brasileiros para níveis sociais mais elevados vem sendo constatada por diversos estudos (QUADROS 2011; SCALON 2005; NERI 2007).

À parte de todas as medidas objetivas de promoção social em busca de se atingir níveis materiais e imateriais satisfatórios de condição de vida para a população, este trabalho procura aferir o bem-estar em outra dimensão, isto é, utilizando a percepção de renda do próprio responsável pela família, fornecido pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009).

Ao final da entrevista realizada na unidade de consumo, um conjunto de quesitos relativos à qualidade de vida das famílias foi pesquisado. Estas questões de caráter subjetivo foram obtidas através de entrevista com a pessoa escolhida pela família para responder o questionário. (IBGE, 2010, p.32)

Embora a percepção da pessoa de referência da família seja considerada a partir de aspectos econômicos e sociodemográficos, há um componente psicológico e mesmo cultural de sentimento de bem-estar que não pode ser mensurado. O nível de exigência ou expectativa daquele que responde à pergunta pode diferir. Assim, duas famílias com as mesmas características de renda e sociodemográficas podem ter respostas distintas. Na primeira o responsável avalia serem suficientes os rendimentos da família e na segunda o responsável reporta insatisfação. Apesar dessas divergências foi possível observar certo padrão de respostas, coerente com os níveis de renda dessas famílias. Além do mais, verificar o bem-estar de renda de uma sociedade, com base no que as pessoas sentem sobre suas próprias vidas é bastante plausível.

Após esta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais quatro seções. A segunda seção aborda a literatura sobre bem-estar. A terceira parte apresenta os aspectos metodológicos

---

<sup>6</sup> No Brasil o registro do primeiro programa de transferência de renda data de 1995, denominado de Bolsa Escola, implantado no município de Campinas-SP. Posteriormente (2001) foi ampliado sob o nome de Bolsa Escola Federal para todo o país. Outros programas foram criados na seqüência.

do trabalho. Na quarta seção faz-se a análise das estatísticas descritivas e do modelo econométrico (utilizou-se a regressão logística multinomial). Na quinta e última parte são feitas as considerações finais acerca do tema discutido.

## 2. LITERATURA

A literatura sobre bem-estar das sociedades e pessoas é vasta, abrangendo distintas matizes conceituais entre as quais se pode citar: condições de vida, desenvolvimento humano, qualidade de vida e até mesmo felicidade. Embora haja certo consenso de que uma pessoa/sociedade que reporte felicidade possua qualidade de vida, desenvolvimento humano e boas condições de vida, a própria nomenclatura é motivo de divergência:

Enquanto o conceito de condição de vida é relacionado e medido através de indicadores objetivos de resultados e recursos, qualidade de vida também se ocupa com a questão de como as pessoas se sentem sobre a sua própria vida. (PESSOA e SILVEIRA, 2009, p.8).

Por outro lado, conforme Gasper (2003, p.18): “*Dasgupta explicitly makes no distinction between wellbeing and quality of life, unlike Sen*”.

Em um detalhado artigo apresentado na Itália, Gasper (2003) reúne e discute esses conceitos a partir de campos de conhecimento distintos como: econômico, sociológico, psicológico e mesmo antropológico. Entretanto, a dificuldade inicia-se na própria conceituação do termo de bem-estar em uma definição estrita. É possível observar um ‘consenso’, isto é, de que o bem-estar é um estado de fruição das pessoas e sociedades, porém, com base tanto em condições objetivas como em subjetivas de vida.

A dimensão objetiva é construída com base em circunstâncias materiais e sociais como: saúde, alimentação, habitação, emprego, renda, etc. Entretanto, Gasper (2003) chama a atenção que uma lista de itens objetivos pode advir de recomendações institucionais como igreja ou tradição, bem como de uma teoria de necessidades ou mesmo, fruto de uma discussão dentro de determinada comunidade. O que se pode inferir é que a própria dimensão objetiva está sujeita a certo teor de subjetividade.

Apesar do conceito de bem-estar possuir um amplo espectro de definições, há medidas consagradas em algumas dimensões. Na esfera econômica o PIB *per capita*, por exemplo,

continua como um indicador do nível de vida do país, mas aos poucos outras abordagens vêm tomando corpo e espaço na literatura e na prática. O projeto Levy Institute Measure of Economic Well-being (LIMEW, 2011) do Bard College estuda e afere o bem-estar econômico em diversos países baseado no controle e acesso a bens e serviços dos domicílios utilizando índices consagrados como o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>7</sup> (HDI) e outros nem tanto. De foco mais específico pode-se citar o Genuine Progress Indicator<sup>8</sup> (GPI), de dimensão mais ecológica. Ademais, “o crescimento econômico e o PIB *per capita* nos países desenvolvidos não refletem a satisfação reportada por estas sociedades”, constata um estudo (LAYARD, 2005 p.32). Em países com alto nível de renda *per capita* como a Alemanha, o índice de satisfação reportado foi inferior ao do Brasil, país de renda *per capita* bastante inferior. Apesar disso, a renda é um fator a se considerar, pois as evidências empíricas demonstram maior nível de satisfação dentre aqueles com renda superior à linha de pobreza do que abaixo.

Trabalhos empíricos no Brasil, utilizando por base o consumo como parâmetro para aferir a privação material, consideram o número de calorias mínimas que uma pessoa necessita (entre 2000 a 2500 quilocalorias) e comparam o valor monetário de uma cesta de consumo que contenha as calorias mínimas, com a renda familiar *per capita* para diferenciar pobres de não pobres (PELIANO 1993; ROCHA 1988; 1997; SILVEIRA et al. 2007).

O próprio HDI, desenvolvido pelo professor Amartya Sen, juntamente com o economista Mahbub ul Haq, e atualmente utilizado pela Organização das Nações Unidas afere o grau de desenvolvimento de uma sociedade muito além do produto produzido. A contribuição de Sen para a teoria da decisão social destaca que o desenvolvimento de uma sociedade reflete às oportunidades oferecidas à sua população, de modo que seja possível a ela exercer plenamente sua cidadania. Para tal, as oportunidades não devem estar circunscritas à garantia de direitos sociais básicos. Sen (1984) menciona a existência de três tipos de abordagem em relação às condições de vida das pessoas. A primeira traduz a condição de vida como uma noção de “utilidade” da pessoa. A segunda como uma noção de opulência e a terceira como um tipo de liberdade. O autor busca nos clássicos a argumentação necessária para apoiar a sua preferência pelo enfoque da liberdade.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://hdr.undp.org/en>

Freedom was very much a classical concern. In fact, even in the statement about opulence that I quoted from Adam Smith. Smith modifies his reference to providing “a plentiful revenue or subsistence for the people” by the statement “more properly to enable them to provide such revenue or subsistence for themselves” (SEN, 1984, p.78)

Para ele a liberdade expressa a capacidade de se viver bem em um específico contexto. Trata-se, portanto, de uma questão daquilo que as pessoas podem fazer ou ser e não apenas uma questão de seus ganhos. Na verdade, Sen indica dessa forma o reducionismo do tratamento de bem-estar com viés de cunho estritamente financeiro e material.

Na outra dimensão, a subjetiva normalmente recorre-se a pesquisas ou perguntas para as quais o inquirido deve avaliar seu nível de satisfação em relação ao sentimento de bem-estar<sup>9</sup> (EUROBAROMETER, 2011). Há certo consenso quanto à robustez da aferição subjetiva, entretanto há divergências em função de como os aspectos emocionais de bem-estar influenciam as respostas. Esses estudos têm papel relevante na psicologia. Nessa abordagem a maioria dos trabalhos consideram que cada indivíduo tem um ponto de referência de felicidade a partir de sua genética e personalidade<sup>10</sup>. A fragilidade dessa teoria está no fato de permitir pouco ou nenhum espaço de ação para melhorar uma situação.

Por certo, a avaliação subjetiva compreende um componente pessoal relacionado às expectativas do indivíduo ou de sua família. Além do mais, a posição relativa do indivíduo ou família dentro da sociedade relaciona-se com a possibilidade, ou não, dele(a) assumir posicionamento mais elevado na estrutura social. Esse aspecto permite identificar o movimento de pessoas ou grupos, indicando melhoria ou piora de bem-estar ao longo do tempo. Assim, o grau de mobilidade ou a fluidez social possibilita uma percepção positiva quanto a transpor um ponto de referência.

O que merece destaque é que o constructo teórico sobre bem-estar ainda permanece com debate em aberto, ou melhor, em busca de uma teoria geral. Num esforço de desenvolvimento de uma teoria que explique o bem-estar reportado a partir dos inquéritos sociais, Easterlin (2003) aponta fraquezas, sobretudo em relação ao lado pecuniário da visão *mainstream* da teoria econômica<sup>11</sup>. Com base em uma pesquisa empírica aplicada a diversas pessoas, o autor separa as respostas em duas dimensões: pecuniária e não pecuniária. Ele constata que a mais importante ou

---

<sup>9</sup>Muita satisfeito, razoavelmente satisfeito, insatisfeito, complementemente insatisfeito.

<sup>10</sup> Para uma leitura mais detalhada ver Gasper (2003) e Easterlin (2003).

<sup>11</sup> Na qual a presunção básica assume que a elevação de condições para aquisição de bens e serviços, aumenta a sensação de bem-estar.

a que mais afeta o sentimento de bem-estar é a pecuniária (o padrão material de vida da família). Em seguida, aparecem dois fatores não pecuniários como a vida em família e a saúde. Posteriormente apenas, aparece a condição de trabalho.

Com o foco na literatura internacional e nacional percorrida, principalmente em relação às medidas subjetivas de bem-estar, pode-se constatar que diversas indagações permanecem no ar, ou seja, um debate em aberto. De qualquer maneira na tentativa de se aferir o bem-estar, a renda ainda se constitui como elemento fundamental numa sociedade capitalista para aquisição de bens e serviços. Porém, não é o único ítem capaz de proporcionar essa condição, dado que aspectos subjetivos influenciam na percepção das condições objetivas de vida. Desse modo, este trabalho busca verificar a percepção de bem-estar do chefe de família, com base na renda total recebida pela família.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 A Base de Dados**

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-09) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na sua quarta versão.

A POF 2008-2009 cobre todo o território nacional e inclui informações sobre trabalho e renda, gastos monetários e não monetários. Em relação ao trabalho inclui apenas o trabalho principal e a posição na ocupação.

Em nível espacial é possível obter resultados para o Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e por situação Urbana e Rural. Para as Unidades da Federação, os resultados contemplam todas as UFs e a situação urbana. Nas nove regiões metropolitanas e nas capitais das UFs os resultados correspondem também à situação urbana (IBGE, 2010, p.16).

Foram investigados apenas “os domicílios particulares permanentes<sup>12</sup>, nos quais se o identificada a unidade de pesquisa que consiste na Unidade de Consumo<sup>13</sup>. “A Unidade de Consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou as despesas com moradia” (IBGE, 2010, p.17).

---

<sup>12</sup> De acordo com o conceito do IBGE, o domicílio particular permanente destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia. (IBGE, 2010, p.17).

<sup>13</sup> Representa a família segundo o conceito adotado no IBGE.

Quanto a realização da pesquisa (POF 2008-2009) foi iniciada, no dia 19 de maio de 2008 e finalizada no dia 18 de maio de 2009, “com data de referência fixada para apresentação dos resultados em 15 de janeiro de 2009” (IBGE, 2010, p.21).

Designou-se “pessoa de referência da família” aquela responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxas, etc.). No caso de nenhum morador satisfazer a pelo menos uma dessas condições, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. “Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha” (IBGE, 2010, p.22).

Foram identificados como moradores aqueles que tinham o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a doze meses.

Consideraram-se despesas monetárias aquelas efetuadas através de pagamento realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito. As despesas não-monetárias corresponderam a tudo que foi produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa. “O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi o único serviço contabilizado como despesa não monetária” (IBGE, 2010, p. 24).

O rendimento bruto total da família corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive ao referente aos empregados domésticos e seus parentes, acrescido do total dos rendimentos não monetários.

A amostra da POF 2008-2009 reuniu 56.091 famílias e 190.159 pessoas. Após ponderação, a amostra representou 57.816.604 milhões de famílias e 190.519.297 milhões de habitantes.

A falta de resposta ou conhecimento sobre alguma das variáveis implicou na retirada das observações conforme a seguir.

**Tabela 1 – Observações excluídas por atributos**

Variáveis	Excluídas		Resultante	
	Nº Famílias	Nº Pessoas	Nº Famílias	Nº Pessoas
Raça/cor	179.320	624.634	57.637.284	189.894.663
Anos de estudos	374.395	1.381.310	57.262.890	188.513.353
Percepção de condição de vida	909.084	2.880.976	56.353.805	185.632.377

### 3.2 Exposição das Variáveis Utilizadas

Na POF 2008-2009 há um questionário sobre condições de vida com diversas perguntas das quais utilizou-se somente uma, isto é, a percepção da pessoa de referência<sup>14</sup> da família sobre a capacidade da família em terminar o mês com a sua renda (monetária ou não). Assim, utilizou-se a resposta como variável dependente.

A variável dependente ou variável resposta que consta no questionário da POF6 é: “na sua opinião a renda total de sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com”: a) muita dificuldade, b) dificuldade, c) alguma dificuldade, d) alguma facilidade, e) facilidade e f) muita facilidade. Para avaliar o efeito das covariadas sobre as condições de vida, o estudo buscou recategorizá-las em três níveis: i) muita dificuldade/dificuldade; ii) alguma dificuldade e iii) alguma facilidade/facilidade/muita facilidade. Doravante essas categorias serão renomeadas em: i) dificuldade, ii) alguma dificuldade e iii) facilidade, respectivamente. Tal divisão levou em conta o fato de que a categoria “alguma dificuldade” apresentou a maior frequência, sendo então considerada como categoria de referência (Vide anexo - Tabela 6).

Como covariadas foram utilizadas as seguintes características do chefe da família: logaritmo da renda familiar *per capita*, sexo, idade, raça/cor, anos de estudos e região de moradia. Acredita-se que tais atributos são características que implicam na alteração das condições de vida, bem-estar e conseqüentemente sobre a percepção do chefe de que a renda total da família permita atender às necessidades do seu núcleo de pessoas.

Estabeleceram-se algumas agregações para as características dos chefes da família por considerá-las fatores determinantes para acesso a maiores ou menores condições de rendimentos. Para efeito de exemplificação toma-se apenas uma das covariadas -“faixa de estudo” - que provavelmente vai indicar que famílias chefiadas por pessoas mais escolarizadas sugerem melhores condições para obter rendimentos mais elevados. Ou seja, supõe-se maior ou menor oportunidade para a aquisição de bens e serviços.

<sup>14</sup> Doravante denominada chefe da família.

**Quadro 1 – Variáveis consideradas e respectivas categorizações**

<b>Variável Dependente</b>	<b>Politômica</b>
<b>Condição de vida agrupada</b>	1 = Dificuldade 2= Alguma dificuldade (categoria de referência) 3 = Facilidade
<b>Variáveis Independentes</b>	<b>Descrição</b>
<b>Renda familiar <i>per capita</i></b>	Logaritmo da renda familiar <i>per capita</i>
<b>Sexo e raça/cor<sup>15</sup></b>	1 = Homem não negro
	2 = Mulher não negra
	3 = Homem negro
	4 = Mulher negra (categoria de referência)
<b>Idade</b>	1 = Até 20 anos
	2 = Mais de 20 a 30 anos
	3 = Mais de 30 a 40 anos
	4 = Mais de 40 a 50 anos
	5 = Mais de 50 a 60 anos
	6 = Mais de 60 anos (categoria de referência)
<b>Anos de estudos</b>	1 = Até 4 anos
	2 = Mais de 4 a 8 anos
	3 = Mais de 8 a 11 anos
	4 = Mais de 11 a 14 anos
	5 = Mais de 14 anos (categoria de referência)
<b>Regiões<sup>16</sup></b>	1 = Norte
	2 = Nordeste
	3 = Sudeste s/ SP
	4 = Sul
	5 = Centro-Oeste
	6 = São Paulo (categoria de referência)

Ao total consideraram-se cinco covariadas descritas a seguir:

### 3.3 Descrição do Modelo

A técnica estatística utilizada neste trabalho foi a de regressão logística multinomial uma vez que a variável dependente tem mais do que duas categorias de resposta.

<sup>15</sup> “Sexo” e “Raça/cor” resultaram na variável “sexo e raça/cor” cujas categorias são “não negros” e “negros”. Os “não negros” incluem brancos, amarelos e índios e os “negros” incluem negros e pardos.

<sup>16</sup> “Regiões” agrega as cinco grandes regiões do país além do estado de São Paulo, que foi considerado separado das demais UFs do Sudeste, dado a natureza de suas especificidades econômicas, demográficas e sociais.

Os modelos de regressão em geral ( $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + u_i$ )<sup>17</sup> tem como meta descrever a relação entre um conjunto de variáveis, além de prever o comportamento da variável dependente, a partir das alterações nas covariadas. Também é denominado de modelo probabilístico uma vez que determina a probabilidade do comportamento da variável dependente em função das variáveis independentes. O processo de estimação é semelhante ao do logit para variáveis binárias (GUJARATI, 2006, p.511), isto é, a probabilidade que o evento ocorra é:

$$\Pr(Y_i = 1) = P_i \quad (1)$$

e seu complemento, isto é, de que o evento não ocorra é:

$$\Pr(Y_i = 0) = (1 - P_i) \quad (2)$$

O que o modelo explica da variável dependente é a razão de chances entre a possibilidade do evento ocorrer e a de não ocorrer. Portanto:

$$Y_i = \frac{P_i}{(1 - P_i)} \quad (3)$$

Para evitar que o resultado da expressão (3) apresente valor 0 ou 1, a expressão é linearizada pois, o logaritmo natural da razão de chances não é somente linear em X, mas também é (do ponto de vista da estimação) linear nos parâmetros. Assim, para fins de estimação, escreveremos como a seguir (GUJARATI, 2006, p.482):

$$\ln\left(\frac{P_i}{(1 - P_i)}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k + u_i \quad (4)$$

Onde:

$P_i$  = probabilidade de ocorrência/pertencer a categoria com ‘Alguma dificuldade’;

$\beta_0$  = constante do modelo;

$\beta_k$  = efeitos (parâmetros) associados com as variáveis explicativas;

---

<sup>17</sup>  $X_i$  representa cada uma das variáveis independentes,  $\beta_i$  são os coeficientes da cada covariada e  $u_i$  os resíduos ou distâncias de cada observação em relação ao ajuste linear.

$X_k$  = covariáveis

ou, aplicando a função exponencial:

$$\frac{P_i}{(1 - P_i)} = e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k + u_i} \quad (5)$$

A soma das probabilidades individuais,  $\sum_i^k P$  deve ser igual a 1. A técnica utilizada na regressão logística é a de máxima verossimilhança, diferentemente do que ocorre para a regressão linear que ajusta os valores observados e estimados dos parâmetros a partir da técnica dos mínimos quadrados. Portanto, “no modelo logit, a variável dependente é o logaritmo da razão de chances, que é uma função linear dos regressores. A função de probabilidade subjacente ao modelo logit é a distribuição logística” (GUJARATI, 2006, p.503). Assim, a interpretação dos resultados de um modelo de regressão logística, os coeficientes de cada variável independente se analisam em termos da probabilidade de alteração do logito da variável dependente por cada unidade de mudança na variável explicativa, mantendo-se constantes os valores das demais variáveis.

Para estimar a probabilidade de um indivíduo  $i$  pertencer a cada uma das categorias ( $j$ ) deve-se considerar todos os coeficientes do modelo logit multinomial. A probabilidade de pertencer à categoria de referência é dada por:

$$P_{1_i} = \frac{1}{1 + \sum_{l=2}^k e^{x_i \beta_{l1}}} \quad (6)$$

e a probabilidade de pertencer a  $j$ -ésima categoria:

$$P_{j_i} = \frac{e^{x_i \beta_{j1}}}{1 + \sum_{l=2}^k e^{x_i \beta_{l1}}} \quad (7)$$

Os microdados da POF 2008-2009 versão 4 foram extraídos com o auxílio do *software* estatístico SAS (*Statistical Analysis System*) versão 9.2 e o modelo econométrico tabulados com o uso do pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (PASW), versão 18.0.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Estatística Descritiva

Os dados na Tabela 2 permitem descrever algumas características sociodemográficas e econômicas dos chefes de famílias brasileiros. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009, existem cerca de 56 milhões de famílias no Brasil, das quais 39,3% de seus chefes afirmaram ter “Dificuldade” para terminar o mês com a renda total da família. Aqueles que declararam ter “Alguma dificuldade” vêm logo em seguida com 35,8%, enquanto somente um quarto (24,9%) deles declararam ter “Facilidade”.

Com relação à raça/cor, 50% das famílias são chefiadas por pessoas negras e as outras 50% por não negras. Observa-se predominância de homens (aproximadamente 70%), independentemente do atributo raça/cor.

No tocante à faixa etária, constata-se certa uniformidade na participação dos chefes de famílias nos quatro últimos grupos etários (a partir de 30 anos), girando em torno de 20% as famílias chefiadas pelos mesmos.

A baixa escolarização dos chefes de famílias no Brasil chama à atenção. A grande maioria (41%) deles tem até 4 anos de estudos. Com isso, somente 9,5% têm nível superior completo. Sem dúvida, a baixa escolarização desses irá refletir sobre a sua renda e conseqüentemente na sua percepção de bem-estar.

A análise desagregada por nível regional torna-se importante, dado a ainda marcante, concentração espacial da população. A região Sudeste concentra quase metade (44%) dos chefes de famílias do país, dos quais o estado de São Paulo sozinho detém 22,5%. A região Nordeste aparece em segundo lugar, com cerca de 26% e o Sul com 15,3%.

Quanto à percepção de bem-estar/condição de vida dos chefes de famílias brasileiros, independentemente dos atributos pessoais dos mesmos, constata-se, no geral, significativo percentual dos que declaram dificuldade para terminar o mês com a renda total de sua família (Tabela 3). Do total das famílias, 39,3% reportaram dificuldade, contra 35,8% que declararam possuir algum tipo de dificuldade e 24,9% que afirmaram facilidade.

A análise desagregada por sexo e raça/cor mostra diferenças marcantes entre os grupos em estudo. O homem não negro encontra-se em melhor posição, isto porque, 29,9% deles declararam ter dificuldade para terminar o mês, enquanto 52,2% das famílias chefiadas por mulheres negras encontram-se nessa situação (Tabela 3). Ainda é possível destacar que somente

16,5% das famílias chefiadas por mulheres negras e 19,7% por homens negros declaram facilidade, contra 29,5% daqueles chefiados por mulheres não negras e 31,6% por homens não negros. Esse resultado indica que apesar dos recentes avanços sociais, existe e permanece forte diferenciação nos rendimentos com base na raça/cor.

**Tabela 2- Atributos e percepção de bem-estar dos chefes de família Brasil - 2008/2009**

<b>Características</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Condição de vida agrupada</b>		
Dificuldade	22.142.418	39,3
Alguma dificuldade	20.194.698	35,8
Facilidade	14.016.689	24,9
<b>Sexo e Raça/cor</b>		
HNN	19.590.567	34,8
MNN	8.713.109	15,5
HN	19.387.891	34,4
MN	8.662.239	15,4
<b>Faixa etária</b>		
<=20 anos	509.639	0,9
>20 e <=30 anos	7.808.533	13,9
>30 e <=40 anos	12.217.363	21,7
>40 e <=50 anos	13.027.750	23,1
>50 e <=60 anos	10.348.926	18,4
>60 anos	12.441.596	22,1
<b>Faixa de estudo</b>		
>=0 e <=4 anos	23.105.845	41,0
>4 e <=8 anos	12.591.153	22,3
>8 e <=11 anos	13.089.102	23,2
>11 e <=14 anos	2.226.902	4,0
>14 anos	5.340.803	9,5
<b>Regiões</b>		
Norte	3.861.396	6,9
Nordeste	14.780.819	26,2
Sudeste sem SP	12.127.525	21,5
SP	12.696.432	22,5
Sul	8.600.466	15,3
Centro-Oeste	4.287.166	7,6
<b>Total</b>	<b>56.353.805</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, POF-2008/2009.

A idade é outra característica pessoal a ser destacada. O primeiro grupo etário (menos de 20 anos), dado a pouca experiência no mercado de trabalho ou por ainda não ter completado os estudos ou por não ter idade suficiente para “acumular” renda, apresenta menor facilidade para terminar o mês (21,7%). Por sua vez, aqueles com idade acima de sessenta anos, são os que têm mais facilidade. Com relação aos demais grupos etários (mais de 20 a 60 anos), verificam-se certa uniformidade entre o grau de percepção dos mesmos.

**Tabela 3 – Distribuição agregada da percepção de bem-estar dos chefes de famílias – Brasil – 2008/2009**

<b>Características</b>	<b>Dificuldade</b>	<b>Alguma dificuldade</b>	<b>Facilidade</b>	<b>Total</b>
<b>Sexo e raça/cor</b>				
HNN	29,9	38,6	31,6	100
MNN	35,9	34,6	29,5	100
HN	44,6	35,7	19,7	100
MN	52,2	31,3	16,5	100
<b>Faixa etária</b>				
<=20 anos	41,4	36,8	21,7	100
>20 e <=30 anos	35,4	39,8	24,9	100
>30 e <=40 anos	38,7	37,1	24,2	100
>40 e <=50 anos	41,4	35,7	23,0	100
>50 e <=60 anos	41,6	34,6	23,7	100
>60 anos	38,1	33,3	28,6	100
<b>Faixa de estudos</b>				
>=0 e <=4 anos	50,7	32,4	16,9	100
>4 e <=8 anos	41,0	38,8	20,2	100
>8 e <=11 anos	30,9	40,9	28,2	100
>11 e <=14 anos	20,4	40,8	38,8	100
>14 anos	14,3	29,1	56,6	100
<b>Regiões</b>				
Norte	41,0	36,6	22,5	100
Nordeste	50,7	31,5	17,8	100
Sudeste s/ SP	36,9	36,9	26,3	100
Estado SP	35,7	37,9	26,4	100
Sul	29,3	38,4	32,4	100
Centro-Oeste	36,2	36,0	27,8	100
<b>Total</b>	<b>39,3</b>	<b>35,8</b>	<b>24,9</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, POF-2008/2009.

Através do quesito “anos de estudos” fica nítida a importância da educação sobre a renda familiar. Conforme a Tabela 3, 50,7% dos chefes de família com menos de 4 anos de estudos afirmaram terem dificuldade para terminar o mês, enquanto apenas 14,3% daqueles com mais de quatorze anos de escolaridade, tem a mesma percepção. Com relação à facilidade, o perfil confirma-se, isto é, aqueles com menos escolaridade apresentam menos facilidade.

A análise regional continua sendo um excelente balizador dos “diferentes brasis”. Na Tabela 3 é possível verificar que 50,7% dos chefes de família do Nordeste e 41% da região Norte declararam ter dificuldade para terminar o mês, ao passo que este percentual cai para 35,7% no estado de São Paulo e 29,3% na região Sul. Quando a análise se direciona para o grau de facilidade, a tendência do comportamento confirma-se, isto é, a região Sul se destaca com o maior nível relativo (32,4%) de bem-estar econômico das famílias, superando até mesmo o estado de São Paulo (26,4%) e o Sudeste sem São Paulo (26,3%).

## 4.2 Análise do Modelo

### i) Estimação dos parâmetros

A regressão logística multinomial foi utilizada para estimar a probabilidade de cada uma das categorias de percepção de bem-estar (1 = Dificuldade; 2 = Alguma dificuldade e 3 = Facilidade), em função do “logaritmo da renda familiar *per capita*”, “sexo e raça/cor”, “faixa etária”, “faixa de estudos” e “regiões”.

O modelo ajustado é estatisticamente significativo ( $G^2(36) = 13.836$ ;  $p = 0,000$ ) e as estimativas dos coeficientes do modelo para as cinco variáveis independentes relativamente a categoria de referência (“Alguma dificuldade”) são apresentadas na Tabela 4.

De acordo com o modelo ajustado a passagem da classe de referência “Alguma dificuldade” para “Dificuldade” é afetada significativamente por todas as classes de variáveis, com exceção da faixa etária = 4 (mais de 40 a 50 anos) e da faixa de estudos = 2 e 3 (mais de 4 até 11 anos). Em relação a passagem da classe de referência “Alguma dificuldade” para a classe “Facilidade”, somente não tem significância estatística as faixas etárias 2 e 3 (mais de 20 até 40 anos).

Com relação a renda, a razão de chance de passar da categoria de referência (“Alguma dificuldade”) para a categoria “Dificuldade” é de 0,532. Isto é, para cada acréscimo de uma

unidade monetária na renda familiar *per capita* (representada pelo logaritmo da mesma) as chances de passar de “Alguma dificuldade” para “Dificuldade” decrescem 46,8%. No tocante à razão de chance de passar da classe de referência (“Alguma dificuldade”) para a categoria “Facilidade” esta é de 2,044. Isto é, para cada unidade monetária acrescida na renda familiar *per capita* às chances de se passar de “Alguma dificuldade” para “Facilidade” aumentam em mais de 100%.

**Tabela 4 - Parâmetros estimados da regressão logística multinomial**

Percepção de bem estar	Dificuldade			Facilidade		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
<b>Intercepto</b>	4,443	0,000		-5,123	0,000	
<b>Renda familiar per capita</b>						
LNRFP	-0,631	0,000	0,532	0,715	0,000	2,044
<b>Sexo raça/cor</b>						
Homem não negro=1	-0,47	0,000	0,625	0,150	0,000	1,161
Mulher não negra=2	-0,145	0,000	0,865	0,097	0,035	1,102
Homem negro=3	-0,287	0,000	0,751	0,083	0,040	1,086
Mulher negra=4	0 <sup>b</sup>			0 <sup>b</sup>		
<b>Faixa etária</b>						
Até 20 anos=1	-0,346	0,002	0,707	0,262	0,042	1,300
Mais de 20 a 30 anos=2	-0,421	0,000	0,657	0,018	0,683	1,018
Mais de 30 a 40 anos=3	-0,245	0,000	0,783	-0,041	0,288	0,959
Mais de 40 a 50 anos=4	-0,028	0,389	0,972	-0,178	0,000	0,837
Mais de 50 a 60 anos=5	0,056	0,089	1,058	-0,257	0,000	0,774
Mais de 60 anos=6	0 <sup>b</sup>			0 <sup>b</sup>		
<b>Faixa de estudo</b>						
Até 4 anos=1	0,222	0,000	1,249	-0,338	0,000	0,713
Mais de 4 a 8 anos=2	0,029	0,591	1,029	-0,429	0,000	0,651
Mais de 8 a 11 anos=3	-0,096	0,066	0,908	-0,356	0,000	0,701
Mais de 11 a 14 anos=4	-0,187	0,013	0,829	-0,421	0,000	0,656
Mais de 14 anos	0 <sup>b</sup>			0 <sup>b</sup>		
<b>Regiões</b>						
Norte=1	-0,376	0,000	0,687	0,445	0,000	1,561
Nordeste=2	-0,101	0,002	0,904	0,39	0,000	1,478
Sudeste s/ SP=3	-0,198	0,000	0,821	0,244	0,000	1,276
Sul=4	-0,343	0,000	0,71	0,378	0,000	1,459
Centro Oeste=5	-0,215	0,000	0,807	0,388	0,000	1,474
São Paulo=6	0 <sup>b</sup>			0 <sup>b</sup>		

Alguma dificuldade – categoria de referência.

Com relação ao sexo raça/cor, percebe-se que tanto o homem não negro quanto o homem negro, comparativamente às mulheres (negras e não negras), têm menores chances de pertencer à

categoria dificuldade relativamente a alguma dificuldade. Ou seja, as mulheres apresentam situação de bem estar econômico inferior ao homem, independentemente do atributo raça/cor.

Em relação à percepção “Facilidade”, observa-se que todas as categorias de raça/cor, expressam maior probabilidade de passarem da categoria de referência (Alguma dificuldade) para o sentimento de “Facilidade”, do que as famílias chefiadas por mulheres não negras. Tanto homens não negros (16%) quanto mulheres não negras (10%) e homens negros (8,5%) têm mais possibilidades de afirmarem este sentimento relativamente às famílias chefiadas por mulheres negras.

Considerando as faixas etárias, os chefes de família com idade inferior ou igual a 40 anos apresentam maior razão de chance de estar na categoria “Dificuldade” comparativamente a “Alguma Dificuldade” do que aqueles com idade superior a 60 anos. Em outras palavras, o chefe ter 40 anos ou menos quando comparado às famílias chefiadas por pessoas com mais de 60 anos, aumenta a chance de ele reportar “Dificuldade”.

No estrato “Facilidade” e ainda considerando-se as faixas etárias pode-se afirmar que os chefes com até 20 anos comparativamente aqueles com idade superior a 40 anos, apresentam maior chance de estar na categoria “Alguma dificuldade” vis-à-vis à “Facilidade”. Ou seja, a idade mostra-se como um fator determinante na percepção de bem estar, quanto mais velho, maior a sensação de bem estar.

Observando a faixa de escolaridade, os resultados vão de encontro à literatura, pois o chefe de família com até 4 anos de estudos tem 1,2 vezes mais possibilidades de estar na categoria “Dificuldade” relativamente a ter “Alguma dificuldade”, comparativamente aos chefes com mais de 14 anos de estudos. Confirmando a teoria, no caso do chefe de família com mais de 11 até 14 anos de estudos os resultados do modelo indicam o contrário, isto é, observa-se que diminui a possibilidade de que os mesmos tenham “Alguma dificuldade”.

Com relação à chance de ter “Facilidade” vis-à-vis à categoria de referência, os chefes de família com até 4 anos de estudos apresentam menor chance de ter “Facilidade” do que as famílias chefiadas por aqueles com mais de 14 anos de estudos. Quer dizer, uma família chefiada por uma pessoa com até 4 anos de escolaridade tem reduzidas as chances de pertencer à categoria “Facilidade” relativamente à “Alguma dificuldade” em 28,7%.

No caso do local de residência, os chefes de famílias residentes em todas as regiões em análise apresentam menor razão de chance de estar na categoria “Alguma dificuldade” do que as

inquiridas no estado de São Paulo. Ou seja, residir na região Norte, Nordeste, Sudeste sem São Paulo, Sul e Centro-Oeste quando comparado ao estado de São Paulo, aumenta a chance do chefe de família afirmar que tem “Dificuldade” relativamente a ter “Alguma dificuldade”.

Ainda considerando a região de residência, os resultados mostram que chefes de famílias residentes na região Norte, assim como Nordeste, Sudeste sem São Paulo, Sul e Centro-Oeste quando comparado ao estado de São Paulo, diminui a chance do chefe de família afirmar que tem “Facilidade” relativamente a ter “Alguma dificuldade”.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho se propôs a analisar a percepção subjetiva de bem-estar das famílias brasileiras a partir de características sociodemográficas e econômicas dos chefes de família (pessoa de referência dessas unidades). Com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008/2009) sobre condições de vida, utilizou-se o modelo logístico multinomial para estimar o grau de satisfação do chefe da família.

A análise do perfil dos chefes de família do Brasil por sexo e raça/cor, idade, escolaridade e região de residência mostra que independentemente do atributo raça/cor, há predominância de homens (70%) na chefia das famílias brasileiras, com idade a partir dos 30 anos, com baixa escolarização (41% deles tem até 4 anos de estudos), concentrados na região Sudeste (44%), dos quais o estado de São Paulo sozinho detém 22,5% dos mesmos.

Quanto à percepção de bem-estar, os principais achados apontam que apesar da recente queda da desigualdade entre os estratos de renda no país, conforme aponta os estudos de Hoffmann (2006); Neri (2007) e Paes e Barros (2005), a maioria (39,3%) dos chefes de famílias declararam ter dificuldade em terminar o mês com a renda total auferida pela família, contra 35,8% que declararam possuir algum tipo de dificuldade e um quarto (24,9%) que afirmou facilidade. Deve-se levar em conta que essa investigação parte de outra ótica - procura aferir o bem-estar utilizando a percepção de renda do próprio responsável pela família, e que a avaliação subjetiva compreende um componente pessoal relacionado às expectativas do indivíduo ou de sua família, sem falar que o nível de exigência ou expectativa daquele que responde à pergunta pode diferir até entre pessoas do mesmo status social/econômico.

Com relação à percepção de bem-estar segundo sexo e raça/cor, os resultados mostram que os chefes de família não negro(a)s estão em melhor posição do que as famílias chefiadas por

negro(a)s. Nesse sentido, confirmando a tendência, no estrato “Facilidade”, os chefes não negros têm mais possibilidades de afirmar este sentimento relativamente às famílias chefiadas por mulheres negras.

No tocante à ‘faixa etária’, observou-se que há uma associação direta entre idade e bem-estar. Isso quer dizer, que aqueles chefes de famílias com mais idade mostram maior facilidade em terminar o mês com a renda da família.

Através do quesito “anos de estudos” fica nítida a importância da educação sobre a renda da família. Somente 16,9% daqueles com 4 anos de estudos admitem facilidade para terminar o mês, o que se eleva para 56,6% quando a condição altera-se para mais de 14 anos de estudos. Ou seja, a percepção de bem-estar é tanto maior quanto mais anos de estudos possui os chefes de famílias entrevistados.

A análise regional também aponta para os “diferentes brasis”. No Nordeste e no Norte as famílias reportaram muito mais dificuldade para terminar o mês com a renda familiar, do que no estado de São Paulo e na região Sul. Nesse sentido, a comparação regional aponta para a influência do local de residência sobre a percepção de bem-estar.

Em suma, os resultados apontam para diferenças na percepção de bem-estar segundo condições demográficas, econômicas e regionais, ratificando os resultados nos estudos que levam em consideração dimensões objetivas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EASTERLIN, R. A. **Building a better theory of wellbeing**. Discussion paper n.742, 2003. Disponível em: <<http://economics.ucr.edu/seminars/fall03/10-03-03easterlin.pdf>>. Acessado em: 22 outubro 2011.

EUROBAROMETER SURVEY SERIES. Disponível em: <<http://www.esds.ac.uk/international/resources/wellbeing.asp>>. Acessado em: 22 outubro 2011.

GASPER, D. **Human well-being: concepts and conceptualizations (2003)**. Institute of Social Studies. Disponível em: <<http://cfs.unipv.it/sen/papers/Gasper.pdf>>. Acessado em: 16 outubro 2011.

GUJARATI, D.N. “**Capítulo 15. Modelos de escolha qualitativa**” in *Econometria Básica*, Rio de Janeiro; Elsevier. p.: 469-511. 2006.

HOFFMANN, R. **Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005.** In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 1, IPEA, 2006.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares** – Documentação dos microdados. Rio de Janeiro, 2010.

LAYARD, R. **Happiness: lessons from a New Science**, Penguin Group, London, 2005.

LIMEW Levy Institute Measure of Economic Well-being, disponível em <http://www.levyinstitute.org/publications/?docid=1399>, acessado em 10/10/2011.

NERI, M. C.; **Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade**, Nueva sociedad, Buenos Aires, 2007.

ONU, disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/>, acessado em 10/10/2011.

PAES DE BARROS R.; **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**, Texto de discussão no. 1258, disponível em [http://www.ipc-undp.org/publications/cct/td\\_1258.pdf](http://www.ipc-undp.org/publications/cct/td_1258.pdf), acessado em 10/10/2011, 2007.

PELIANO, A. M. T. M. (coord). **O Mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar.** Documento de Política n.14. Brasília: IPEA, março de 1993.

PESSOA, M. S.; SILVEIRA M. A. C. **Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF 2002-2003: Um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos.** Texto para discussão n. 1437. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

QUADROS, W.; **Brasil: um país da classe média?** In: *Le monde-diplomatique Brasil*, nov. 2011.

ROCHA, S. **Do consumo observado à linha de pobreza.** In *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27, n. 2, agosto 1997. Disponível em <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/730>> Acessado em: 10 outubro 2011.

ROCHA, S. **Estabelecimento e comparação de linhas de pobreza para o Brasil.** Texto para discussão n. 153. **Rio de Janeiro: IPEA, setembro 1988.**

SAS. **SAS/STAT- User's guide.** Cary: SAS Institute Inc, EUA, 1990.

SCALON, C.; **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil.** 1 ed. Brasília: IPEA: Banco Mundial, p. 113-132, 2005.

SEN, A. K. **The living standard.** In *Oxford Economic Papers, New Series, Vol. 36, Supplement: Economic Theory and Hicksian Themes* (Nov., 1984), pp. 74-90, Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2662838>> Acessado em: 30 agosto 2011.

SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. X.; YWATA; AZZONI, C. R.; CAMPOLINA, B.; IBARRA, A. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres o Brasil**. Texto para discussão n. 1278. Brasília: IPEA, maio de 2007.

SPSS. **PASW Statistics 18.0**, SPSS Inc, Chicago, EUA, 2011.

**Tabela 5 – Distribuição da percepção de bem estar dos chefes de famílias - Brasil – 2008/2009**

<b>Características</b>	<b>Muita dificuldade</b>	<b>Dificuldade</b>	<b>Alguma dificuldade</b>	<b>Alguma facilidade</b>	<b>Facilidade</b>	<b>Muita facilidade</b>	<b>Total</b>
<b>Sexo e raça/cor</b>							
HNN	11,4	18,4	38,6	17,5	12,6	1,5	100
MNN	17,0	18,9	34,6	16,6	11,7	1,2	100
HN	20,5	24,1	35,7	11,7	7,3	0,8	100
MN	27,8	24,3	31,3	10,5	5,5	0,5	100
<b>Faixa etária</b>							
<=20 anos	18,7	22,8	36,8	10,9	10,0	0,8	100
>20 e <=30 anos	15,7	19,6	39,8	14,6	9,5	0,8	100
>30 e <=40 anos	17,3	21,5	37,1	14,0	9,5	0,8	100
>40 e <=50 anos	19,2	22,2	35,7	13,8	8,1	1,1	100
>50 e <=60 anos	19,8	21,8	34,6	13,1	9,7	1,0	100
>60 anos	17,0	21,1	33,3	16,1	11,1	1,4	100
<b>Faixa de estudo</b>							
>=0 e <=4 anos	25,4	25,3	32,4	10,6	5,7	0,6	100
>4 e <=8 anos	18,0	23,0	38,8	12,3	7,3	0,6	100
>8 e <=11 anos	11,7	19,2	40,9	16,4	11,1	0,7	100
>11 e <=14 anos	7,3	13,0	40,8	20,0	17,1	1,6	100
>14 anos	5,1	9,1	29,1	27,6	24,5	4,5	100
<b>Regiões</b>							
Norte	19,8	21,2	36,6	14,2	7,4	0,9	100
Nordeste	24,9	25,8	31,5	10,1	6,9	0,8	100
Sudeste sem SP	17,4	19,4	36,9	14,6	10,2	1,5	100
SP	15,0	20,7	37,9	15,7	10,2	0,6	100
Sul	11,2	18,0	38,4	18,4	12,6	1,4	100
Centro-Oeste	15,7	20,5	36,0	15,5	11,2	1,2	100
<b>Total</b>	<b>17,9</b>	<b>21,4</b>	<b>35,8</b>	<b>14,3</b>	<b>9,6</b>	<b>1,0</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE-POF-2008/2009.